

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAPURANGA: novas perspectivas de vida<sup>1</sup>**

Adriana Mata Siqueira

Acadêmica do Curso de História na UEG Itapuranga e integrante do Projeto Movimentos Sociais Campesinos no Brasil e México frente ao processo neoliberal – 1990-2010.

[adriannasiqueira1@outlook.com](mailto:adriannasiqueira1@outlook.com)

Josiane Rodrigues Coelho Silva

Acadêmica do Curso de História na UEG Itapuranga e integrante do Projeto Movimentos Sociais Campesinos no Brasil e México frente ao processo neoliberal – 1990-2010.

[josiueg@gmail.com](mailto:josiueg@gmail.com)

124

**RESUMO:** A pesquisa apresenta a história do movimento sindical camponês, com ênfase no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga do Estado de Goiás, entre 1980-90, intentando uma análise histórica e problematizando as lutas, embates e conquistas dos trabalhadores rurais. Abordagem da trajetória de luta dos trabalhadores rurais a partir da sindicalização, bem como, o papel de relevância na mediação produzida pela Igreja Católica, vide Diocese de Goiás, com Dom Tomas Balduino. Interpretar a relação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no que se refere a FETAEG e a CONTAG. Todo esse processo nos leva na compreensão da luta camponesa em busca de seus direitos, trabalhista, da posse da terra, em busca de saúde pública e garantias sociais. Utilizamos da metodologia da história oral para ouvir e interpretar as narrativas importantes lideranças que experienciaram tal vivência, como Sr. Dorvalino, Sr. João Benfica, Dona Augusta e Generosa, quando relataram sobre os conflitos dos trabalhadores rurais do Córrego da Onça, década de 1970-80. Some-se a tais embates a luta por uma saúde pública aos trabalhadores rurais, consubstanciado na criação do Hospital do Sindicato, hoje Associação Popular de Saúde de Itapuranga. Os estudos teóricos que de E. P. Thompson (1997), Martins (1990) e (1986), Revista da Contag (2003), Benjamin (1994), Boito (1991), Cardoso e Vainfas (1997), Fernandes (1997), Ferreira (1996), Lamarche (1997), Pessoa (1999), Silva (2006), Silva (2008), bem como o acesso aos sites da Contag e Fetaeg e arquivos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga. Usamos da metodologia da história oral para produzirmos as entrevistas com os trabalhadores rurais que experienciaram a trajetória sindical em Goiás.

**PALAVRAS-CHAVES:** Sindicato, trabalhadores rurais, luta, terra, direito.

**ABSTRACT:** The research presents the history of the Landsman Trade union Movement, with emphasis on the Syndicate of landsmen in Itapuranga the State of Goiás, between 1980-90, bringing an historical analysis and questioning the fights, struggles and achievements of landsmen. Approach struggle way of landsmen from trade union, as well as the role of relevance in mediating produced by the Catholic Church, see Diocese of Goiás, with Don Tomas Baldwin. Interpret the relationship of the landsmen Trade Union in relation to Fetaeg and CONTAG. This whole process takes us in

---

<sup>1</sup>Este trabalho foi orientado pelo Professor do Curso de História da UEG Itapuranga e Coordenador do Projeto Movimentos sociais campesinos no Brasil e México frente ao processo neoliberal – 1990-2010. Dr. Valtuir Moreira da Silva.

understanding the landsman struggle in pursuit of their rights, labor, land tenure, in search of health and social guarantees. We use the methodology of oral history to listen and interpret the narratives of the important leaders who have experienced such experiences, as Mr. Dorvalino, Mr. João Benfica, Dona Augusta and Generosa, when reported the conflicts in the Corrêgo da Onça, 1970 -80. Added to these struggles to fight for a public health care for landsmen, substantiated in the creation of the Union Hospital, nowadays the Itapuranga Popular Health Association. The theoretical studies of EP Thompson (1997), Martins (1990) and (1986), Journal of the Contag (2003), Benjamin (1994), Boito (1991), Cardoso and Vainfas (1997), Fernandes (1997), Ferreira (1996), Lamarche (1997), Person (1999), Silva (2006), Silva (2008), as well as access to the Contag and Fetaeg sites and archives of the Trade Union of Itapuranga. We use the methodology of oral history to produce interviews with the landsmen that experienced the trade union movement in Goiás.

**KEYWORDS:** Union Trade, rural workers, fight, land law.

No final da década de 1940 de acordo com Lunardi (1999), houve um crescimento populacional e um aceleração no desenvolvimento do município de Itapuranga, fundada em 1953, - mas inicialmente, surgiu o Povoado do Xixá em 1933 -, relacionados com a chegada de imigrantes de Minas Gerais interessados nas terras férteis e baratas em algumas regiões de Goiás.

Por volta de 1938 foi efetuado o programa denominado “Marcha para o Oeste”, uma parceria entre os governos estadual e federal, no qual instituiu numa manifestação ideológica do Estado desenvolvida pelo governo Vargas, direcionada para o meio rural. Nesse sentido, segundo Lunardi (1999), esta política caracterizava que a verdadeira essência do brasileiro seria ir para o Estado de Goiás.

A primeira Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang) formada no estado em terras cedidas pelo governo de Goiás, foi a Colônia de Ceres, que previa o assentamento de agricultores em áreas de 20 a 30 hectares, doadas apenas para pessoas pobres, com fornecimento de ferramentas, instrumentos para trabalho no campo, casas, carroças entre outros.

Com relação a isso, ocorreu um clima favorável e propício de deslocamento de trabalhadores rurais e aqueles interessados em terras próprias, das mais diversas áreas do país com destino a região do Centro-Oeste. Mas já por volta de 1950 a capacidade de concentração de pessoas na Colônia de Ceres havia acabado. Então, os trabalhadores rurais e urbanos passaram a procurar regiões mais próximas e, muitas destas rumaram para o conhecido Xixá, região do município de Itapuranga.

O município de Itapuranga passou por intensas transformações, devido seu rápido crescimento populacional, intervenções políticas do estado de Goiás no setor agrícola, o

desenvolvimento agropecuário, construções de novas estradas, resultando na modernização de máquinas de trabalho, que acabou provocando o êxodo rural e o surgimento de um novo trabalhador o “boia-fria”.

No entanto, com o aparecimento de migrantes pobres no município, os conflitos pela terra começaram a eclodir. Lunardi (1999) explica que um dos principais o ocorrido na região do Córrego da Onça, no ano de 1970, que foi um disputa pela fazenda Maria Alves, na qual envolvia de um lado 40 posseiros, e do outro, o fazendeiro Aureliano José Caiado. Nessa perspectiva, na narrativa do senhor João Benfica

Na batalha do Córrego da Onça, os Caiados tomaram as terras, pois arrumaram uma escritura falsa e despejou as famílias, a primeira reforma do estado de Goiás... e quando o juiz deu a sentença a favor ao fazendeiro em 1980, os trabalhadores fizeram uma passeata protestando no município de Itapuranga.

Ao lembrar a luta desses posseiros do Córrego da Onça, muitas dessas famílias chegaram em Itapuranga por volta de 1940, principalmente mineiros, que começaram a trabalhar como arrendatários, meeiros e agregados, estabelecendo um vínculo sociocultural entre vizinhos e parceiros. Através dessa vivência, os mineiros e goianos trocaram experiências e saberes culturais.

Na análise do livro de registro de sócios do STRI, consta que o primeiro associado foi o senhor José Adão Ribeiro, de profissão meeiro, nascido em Itaberaí Goiás. Muitos dos sócios eram de naturalidade mineira, e de diversas profissões, entre elas diarista, empreiteiro, vaqueiro, posseiro, agregado, lavrador, trabalhador rural, lenhador.

Nesse sentido, Pessoa (1999) identifica esse conflito no município de Itapuranga como “início do aprendizado” em termos de luta pela terra, pois as primeiras ocupações de terras ocorridas no estado de Goiás que aconteceram logo após o conflito do Córrego da Onça foram estimuladas pelos trabalhadores rurais de Itapuranga, impulsionados pelo Sindicato dos Trabalhadores (STR) pela igreja local e pela CPT.

O município de Itapuranga em meados de 1970, apresentava um grande número de agricultores familiares, entre eles pequenos proprietários, meeiros, arrendatários, posseiros, lavradores. Com o tempo foram surgindo associações de produtores rurais, como a Associação dos pequenos Agricultores de Itapuranga (ASPA) que em 1991 foi transformada em Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Itapuranga e Região Ltda.(Comil).

De acordo com dona Generosa<sup>2</sup>, atual presidente do STRI, existem 14 associações no município de Itapuranga, entre elas destacam-se o Grupo de Mulheres Trabalhadoras do Xixá, Associação das Mulheres da Coruja e Serrinha, dos Meeiros e Arrendatários da Região do Laranjal II, dos Pequenos Produtores da Campininha e Ana Felix entre outras. Mas as primeiras associações que surgiram no município foram, a primeira associação foi a Sociedade da vaca, devido ao alto preço da carne bovina, a segunda foi a do Adubo, porque quase ninguém conseguia comprar os insumos havendo a necessidade de compra coletiva, a terceira a Comil, que era um mercado que funcionava dentro do Sindicato para os trabalhadores rurais e por último, no ano de 1989 e 1990 surgiu os primeiros financiamentos nos Bancos, no qual para o produtor rural ter acesso deveria ser sócio de alguma associação.

Por intermédio das associações tornou-se possível a realização de atividades conjuntas para os associados do STR, como a aquisição de insumos, instalação de lavouras comunitárias, entre outros. Em relação a esse aspecto de organização dos trabalhadores rurais, no caso das associações e sindicatos, que Lunardi (1999) se pode pensar a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga. Nesse sentido, graças as inúmeras experiências de violência e desrespeito aos direitos dos trabalhadores rurais, que motivaram os movimentos das organizações, inclusive a criação do STRI. Nesse caso Thompson afirma: “Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram validas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuaram a ser, condenados em vida, vítimas acidentais.” (1987, p. 13).

No que se refere a fundação do STRI, de acordo com a Ata de Fundação do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Itapuranga e de alguns depoimentos o STRI foi fundado dia 16 de julho de 1972, na qual contou com a participação de 139 associados, todos residentes neste município, sendo casados e maiores de idade. Durante a fundação, vários oradores se fizeram ouvir, todos eles defendendo a tese de fundar o sindicato para defender os interesses da classe.

A partir de sua fundação, o mesmo visava defender os interesses da classe rural trabalhadora, usufruindo dos direitos e deveres constantes da legislação sindical. Com base na legislação sindical o sindicato tem obrigações com seus associados, assim como os sócios tem com o sindicato. Nessa concepção, cabe ao sindicato lutar pelos objetivos imediatos e históricos

---

<sup>2</sup>É a presidente do STRI desde 2009, e em sua gestão está buscando auxílio no governo federal para o projeto minha casa minha vida rural, que já beneficiou várias famílias de trabalhadores rurais. Reside na Fazenda Laranjal, e fabrica polvilho, (Entrevista realizada em setembro de 2014).

dos trabalhadores rurais, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, sem trabalho escravo, onde impere a democracia política e social. Nesse sentido, Dorvalino relatou que,

[...] os trabalhadores rurais buscavam ajuda no sindicato quando se sentiam prejudicados pelos proprietários da terra que residiam ou por vizinhos, que não respeitavam seus direitos... teve um caso do senhor que criava seus porcos soltos e invadiu a lavoura do vizinho, e como os dois não conseguiram se entender, procuraram o sindicato que buscou fazer com que ambas as partes entrassem num acordo.

Constituem princípios, finalidades e deveres básicos do STRI, como afirma o Estatuto, no artigo 3º, orientar sua atuação na busca de fortalecer a luta e a organização de base dos trabalhadores rurais nos seus locais de trabalho; lutar pela autonomia e liberdade sindical; firmar convênio e programas de intercâmbio com organismos públicos, privados e entidades de classe de caráter municipal, estadual, nacional e até internacional, visando o desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores rurais, dentre outros.

Em relação aos deveres e direitos dos associados, são atribuídos segundo o Estatuto, no capítulo III, pagar pontualmente as mensalidades estipuladas pela Assembleia Geral, atualmente R\$ 14,50; comparecer às reuniões, assembleias e congressos convocados pelo sindicato com direito de participação de voz e voto; desligar-se do sindicato; desfrutar de todos os benefícios (aposentadoria, auxílio doença e maternidade, etc.) e assistência proporcionada pelo sindicato, entre outros.

Segundo narrativas do senhor Dorvalino, por volta de 1960, tinham tentado fundar um sindicato em Itapuranga, pois já contavam com a associação dos lavradores do Xixá, que por sua vez estava sem vida, devido a ditadura militar que estava no auge. No entanto os fazendeiros da região, comerciantes e políticos pressionaram os idealizadores e membros da entidade a desistir desse ideal de sindicato e caso não acatassem poderiam ser presos e perseguidos pelos militares.

Nesse sentido, o senhor João Benfica relatou a mobilização dos trabalhadores rurais de Itapuranga ao conquistar o “Hospital do Sindicato”, que era um sonho que se tornou realidade. Os dirigentes e sócios do STRI fizeram campanhas para arrecadar donativos e verbas para a compra do terreno onde seria construído o hospital.

A conquista de um hospital para os trabalhadores rurais do município de Itapuranga significava que os problemas e gastos seriam minimizados, já que os trabalhadores não ficariam reféns dos hospitais particulares, que cobravam antecipadamente para atendê-los. Nessa época

existiam em Itapuranga apenas três hospitais e todos particulares, o Hospital São Sebastião, São Francisco e Santa Monica. Segundo o senhor João Benfica

[...] quem tinha dinheiro era atendido e quem não tinha deveria procurar a saúde pública, que nesse caso era em Ceres no Hospital Pio XII [...] assim que foi assinado o convenio entre o INAMPS e o STRI ... com a intenção de prestar assistência medica e hospitalar inicialmente aos trabalhadores rurais ... os sócios deveriam manter suas contribuições mensais em dias...

Nesse sentido, em setembro de 1978 foi inaugurado o hospital Santa Casa do Povo, que ficou conhecido como hospital do Sindicato, sob a direção do STRI. Recebia recursos financeiros do FUNRURAL através do governo Federal. Para os trabalhadores rurais essa foi uma das maiores conquistas adquirida por eles junto com o sindicato, mas logo começaram a surgir os problemas.

Grande parte dos recursos financeiros cedidos pelo governo destinados ao hospital não eram repassados ao STRI, que se viu na obrigação de desembolsar recursos provenientes da arrecadação das contribuições dos seus associados, para cobrir as despesas decorrentes do hospital. Diante disso, o senhor Dorvalino Campos afirmou que:

O hospital começou a funcionar com dificuldade... a verba era insuficiente para cobrir as despesas com funcionários, água e luz... os trabalhadores começaram a doar donativos em dinheiros... pois a procura por atendimento médico era muito grande entre os sócios e seus dependentes, muitas vezes não tinham como negar atendimento a uma pessoa com problemas de saúde que não era sócio e nem morava no meio rural, pois as condições de vida dela não dava para pagar o tratamento particular... o INAMPS não cumpriu a promessa de reajustar a verba conforme tinha prometido no ano anterior e os trabalhadores já com a vida difícil tinham consciência de que não era justo ter um hospital do sindicato e ter que pagar uma taxa para ser atendido no hospital.

Sendo assim, em apenas um ano de funcionamento, o hospital sobrecarregou o sindicato com uma dívida de mais de Cr\$ 400.000, 00 (quatrocentos mil cruzeiros). Pode-se perceber que a situação estava péssima e era preciso fazer uma contenção das despesas urgentes senão as coisas ficariam piores. Dessa maneira, o problema financeiro enfrentado pelo hospital, sem nenhuma solução, tiveram que fechar as portas em 12 de maio de 1986 por causa da crise financeira, pois nem as Ações Integradas de Saúde (AIS) poderiam mais intervir, porque era impossível receber algum recurso financeiro devido o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) estar em déficit.

Sob essa dura realidade enfrentada pelo hospital do sindicato, muitos trabalhadores rurais tentaram solucionar o problema em Itapuranga. Os representantes do sindicato foram

para Goiânia em busca de respostas na sede do INAMPS, mas segundo depoimento do Sr. Dorvalino “[... os trabalhadores rurais de Itapuranga acamparam por vários dias na porta do prédio do INAMPS... em busca de convenio onde o hospital do sindicato passasse a fazer parte das AIS...]”.

Pode-se perceber que os manifestantes que estavam acampados no INAMPS não visavam interesses políticos, mas como nos lembra o Sr. Dorvalino

[...] o único interesse que temos e estamos aqui lutando... e por uma política voltada para a saúde dos oprimidos e que vem atender a população sem qualquer discriminação, seja por causa de classe ou cor, pessoa da cidade ou do meio rural que fica esquecido e que procura a cidade por necessidade...

Dessa forma os movimentos foram em busca de manter o Hospital do Sindicato de portas abertas para atender a população. Como os trabalhadores estavam acampados no INAMPS, fizeram várias promessas de atendimento devido suas manifestações, conseguiram várias assinaturas de um “baixo assinado”, demonstrando que a população rural itapuranguense estava empenhada em lutar pelo hospital.

No entanto, nessas idas e vindas dos representantes do STRI ao INAMPS, que não permanecia com sua proposta inicial, de repassar a verba para o Sindicato, que até então era o responsável pela direção do Hospital do Sindicato. Ficou evidente em setembro de 1986 que as reivindicações dos trabalhadores rurais não seriam cumpridas, eles novamente acamparam na porta do instituto. Durante os dias que ficaram novamente acampados, os trabalhadores rurais de Itapuranga receberam o comunicado de que não poderiam ter um convênio assinado pela entidade, porque ela não estava regulamentada conforme a norma exigida pelo Ministério da Previdência.

A cada momento ficava mais evidente que não eram apenas um empecilho mas muitos outros para a efetivação do convenio. Nesse sentido, segundo o Sr. Dorvalino, era mais uma jogada política, pois logo após o 1º Seminário de Saúde em Itapuranga, ficou perceptível que a intenção do prefeito municipal de Itapuranga o Sr. João Batista da Trindade, em outubro de 1986 era de assumir a administração do hospital do sindicato ao mesmo tempo com o hospital Municipal, fundado nesse mesmo ano.

Depois do Seminário ficou definido uma série de propostas, como segundo Silva

[...] a liberação imediata de recursos do INAMPS para o Funrural, que estava em atraso havia três meses. A secretaria de saúde, por sua vez, apoiou a manutenção da unidade com medicamentos e materiais de consumo, além de assinar convênios com

AIS com a prefeitura de Itapuranga, envolvendo os dois hospitais da cidade – o Municipal e o do Sindicato [...]. (SILVA, p.108, 2008)

Consequentemente, depois do acerto entre a prefeitura, o hospital do sindicato e a Secretaria Estadual de Saúde, alguns problemas da unidade hospitalar dos trabalhadores rurais pareciam inicialmente minimizados, mas agora a verba passada pelo governo ficava sob responsabilidade da prefeitura que fazia a distribuição entre os dois hospitais. Em 1987 ainda com uma série de dificuldades o hospital do Sindicato tornou-se a Associação Popular de Saúde de Itapuranga (APSI), para intensificar as reivindicações por melhorias na unidade de saúde dos trabalhadores, então de acordo com Silva

131

[...] foi fundado uma associação popular de saúde para assumir jurídica e econômica o hospital, que estava fechado há três meses. É uma associação de caráter filantrópico, destina-se a prestar assistência integral a saúde, e está sendo mantida pelos 1400 sócios que tem atualmente, através de mensalidades e doações, o que é insuficiente para o total funcionamento [...] (SILVA, p. 109, 2008).

Sendo assim o hospital ficou fechado até junho do mesmo ano, mas em virtude de uma mobilização dos associados, segundo relatos dos senhores João Benfica e Dorvalino Campos, foram arrecadados alimentos, material para limpeza, medicamentos, tudo que era útil para a unidade de saúde voltar a funcionar, até mesmo antes de ser fechado os trabalhadores rurais doavam mantimentos como: arroz, feijão, leite, verduras, carnes. Alimentos que eram produzidos por eles e que seriam uteis na alimentação das pessoas internadas no hospital do sindicato. Como resultado disso, o senhor Dorvalino narrou que,

[...] naquela época o hospital dos trabalhadores rurais de Itapuranga prestava assistência à saúde de milhares de trabalhadores rurais... onde esses agricultores recebiam os cuidados médicos desde uma simples internação, ou, até mesmo cirurgias que antes eram feitas só em São Paulo, se fosse o caso...o hospital contava com um quadro excelente de médicos... muitos ainda jovens mas com muita vontade de lutar em favor do seu próximo... Dr. Paulo Horta, Dr. Vitor, Dr. Orlando, Dra. Ester... e a convite do Dr. Horta veio um médico japonês para Itapuranga o Dr. Marcono... tinha o Dr. Ildo que trabalhava no ambulatório, na época ele era recém formado.

A APSI solicitou uma audiência com o prefeito municipal de Itapuranga e a Dona Edna Maria Trindade, que era assistente social e primeira Dama, fazia parte da Comissão Intermunicipal de Saúde (CIMS), para resolverem os impasses ainda existentes em relação ao hospital, mas devido controvérsias entre os dirigentes municipais, fizeram com que os trabalhadores rurais acampassem em frente à prefeitura, cujo objetivo era de cobrar os repasses financeiros que não estavam chegando até o hospital.



No entanto Dona Edna recusava-se a assinar o documento dos repasses da verba para o hospital, e como não conseguiram fazer acordo com ela, os trabalhadores rurais e funcionários do hospital saíram para as ruas de Itapuranga em manifestos, que se estendeu por toda a noite, os manifestantes ocuparam as salas da prefeitura e até mesmo o gabinete do prefeito, que estrategicamente saiu da cidade com a primeira Dama para buscar intervenção militar, na esperança de retirar os manifestantes da prefeitura.

Nessa perspectiva dona Augusta<sup>3</sup> relatou que não foi por falta de mobilização e caminhada, mas pela administração do hospital, que estava diretamente ligado ao STRI. Diante disso surgiram outros viés para compreensão da história do hospital do sindicato, entre eles, foi uma tática do governo sobrecarregar o sindicato que nessa época estava no seu auge, pois assim o sindicato perderia sua credibilidade e os trabalhadores rurais cessariam as manifestações organizadas pelo STRI.

Na atualidade, a presidente do STRI Dona Generosa relatou que o sindicato conta com 1800 sócios em dia, - número muito inferior se comparado quando o sindicato possuía o hospital - com características mais assistencialistas, conduzindo o trabalhador rural sobre sua documentação de aposentadoria junto ao INSS. Apresenta parcerias com a Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga (Cooperafi) no projeto da agricultura familiar incentivado pela FETAEG, pois torna-se mais fácil conseguir empréstimos e créditos nos Bancos como no Banco do Brasil, Caixa Econômica e o Banco da Agricultura Familiar.

No decorrer dos anos, o STRI foi perdendo sua função inicial que era a de lutar por melhores condições de vida e trabalho para os produtores e trabalhadores rurais, principalmente depois que o hospital deixou de ser do Sindicato. Muitos sócios deixaram de procurá-lo, por não encontrarem atrativos e benefícios suficientes para se associar ou até mesmo permanecer. No município de Itapuranga atualmente, apenas alguns trabalhadores rurais mais idosos que já estão aposentados ficam em suas pequenas propriedades. São poucos os jovens que permanecem no meio rural, devido principalmente não terem retornos financeiros que muitas vezes a cidade é que oferece.

---

<sup>3</sup>Maria Pereira dos Santos, mais conhecida como dona Augusta, foi a primeira mulher presidente do STRI, onde permaneceu por dois mandatos. Foi vereadora em 1996 pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e presidiu a primeira Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do município de Itapuranga e o Conselho de desenvolvimento Rural (Pronaf) em 2006, quando assumiu novamente a direção do STRI, ao todo foram 15 anos de prestação de serviço ao STRI. Fez parte da Marcha das Margaridas e atualmente é feirante na Feira do Produtor Rural de Itapuranga as quintas-feiras, na Praça Castelo Branco a partir das 17hs. (Entrevista realizada em dezembro de 2013).

Referências

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sergio Paulo Rouanete. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOITO, Armando, Jr. (org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Cegraf, 1987.

ARDOSO, C. F.VAINFAS, R. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Espacialização e territorialização do MST*. In *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995.

LAMARCHE, Hugues (coord.). *A agricultura familiar*. 2 ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.

MARTINS, José de Souza. *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova república"*. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4º ed. São Paulo: Vozes 1990.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A igreja da denúncia e o silêncio do fiel*. Campinas: Alínea, 1999.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A Revanche camponesa*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.  
PUBLICAÇÃO– Revista Contag- 40 anos.2003.

SILVA, Maria Socorro. *A história das nossas raízes: itinerários das lutas dos trabalhadores (as) rurais no Brasil e o surgimento do Sindicalismo Rural*. 2006.

SILVA, Valtuir Moreira da. *Itapuranga e a (re)invenção da história*. Goiânia: Vieira, 2008.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eicheemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Sites pesquisados

[www.contag.org.br](http://www.contag.org.br). Acesso em 25 de janeiro de 2014 as 17h14min.

[www.fetaeg.org.br](http://www.fetaeg.org.br). Acesso em 14 de novembro de 2013 as 20h25min.